

Os Partidos Políticos em Portugal: Continuidade e Transformação

Marco Lisi

2011


ALMEDINA

OS PARTIDOS POLÍTICOS EM PORTUGAL: CONTINUIDADE E TRANSFORMAÇÃO

AUTOR
Marco Lisi

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S. A.

Rua Fernandes Tomás, 76, 78, 80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

REVISÃO

José Soares de Almeida

PRÉ-IMPRESSÃO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarç, 3001-153 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Setembro, 2011

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

PENTAEDRO, LDA.

DEPÓSITO LEGAL

334018/11

Apesar do cuidado e rigor colocados na elaboração da presente obra, devem os diplomas legais dela constantes ser sempre objecto de confirmação com as publicações oficiais.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPO ALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

LISI, Marco, 1975-

Os partidos políticos em Portugal:
continuidade e transformação
ISBN 978-972-40-4595-5

CDU 329

AGRADECIMENTOS

Este livro, em grande parte inesperado, resultou de várias circunstâncias. Em primeiro lugar, apenas foi possível através da oportunidade de leccionar a cadeira de Partidos Políticos e Organizações de Interesse na FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Em segundo lugar, uma bolsa de pós-doutoramento permitiu-me ter as condições necessárias para levar a cabo a parte preliminar deste trabalho. Agradeço por isso à Fundação para a Ciência e Tecnologia e ao Instituto de Ciências Sociais, assim como aos orientadores do meu projecto, os professores Marina Costa Lobo e Richard Gunther.

Um agradecimento particular a todas as pessoas que, directamente ou indirectamente, contribuíram para fornecer material importante para levar a cabo este estudo. Antes de mais, aos dirigentes dos partidos entrevistados e aos funcionários que disponibilizaram os documentos e materiais solicitados. Mas também ao amável pessoal da biblioteca do Instituto de Ciências Sociais, que tem a invulgar capacidade de tornar a investigação não apenas um prazer, mas também um vício. Assim como fundamentais foram os serviços disponibilizados pela Ohio State University e pela Universidade de Michigan.

Tive também a oportunidade e o prazer de discutir algumas partes com colegas e alunos. Agradeço o apoio do professor Pedro Tavares de Almeida e as conversas sempre estimulantes com Rui Branco, que leu também algumas partes deste livro e contribuiu com preciosas sugestões. Noutro contexto, quero também agradecer à Helena, Jussara e Robert pelo apoio e amizade, assim como ao Dr. José Luís Passos Coelho. À minha família devo muito, sobretudo o facto de ter acompanhado escolhas indesejadas e muitos anos de distância. Finalmente, quero agradecer à Clara, a quem devo tudo.

INTRODUÇÃO

Os partidos políticos desempenham um papel fundamental no funcionamento das democracias representativas. Como actores centrais em qualquer sistema político, os partidos têm sido tradicionalmente um dos principais objectos de estudo no âmbito da ciência política, da história e da sociologia. Depois dos estudos "clássicos" sobre partidos (Duverger 1981; Epstein 1967; La Palambora e Weiner 1966; Sartori 1976), esta área tem experimentado uma relativa estagnação nas décadas de 70 e 80. A partir dos anos 90, o aumento do cepticismo em relação aos partidos não impediu que houvesse um crescente interesse em relação a estes actores políticos. Apesar do descrédito e dos ataques dirigidos aos partidos, a famosa afirmação de Schattschneider (1942, 1) acerca da inevitabilidade destes actores para os governos representativos encontra-se plenamente válida.

Antes de especificarmos os objectivos e a estrutura deste estudo convém apresentar brevemente o objecto principal da análise aqui desenvolvida. O conceito de partido é muito controverso na literatura politológica. Para alguns autores trata-se simplesmente de uma organização política; para outros é um conjunto de pessoas que procuram ganhar cargos; finalmente, há também quem associe os partidos apenas a uma ideologia ou uma identidade (Sartori 1976; Ware 1996). Estes exemplos ilustram a dificuldade de estabelecer um paradigma comum, assim como as características principais que definem o que é um partido político.

Para começar a clarificar este conceito convém partir da análise etimológica da palavra. Deste ponto de vista, o termo "partido" está associado a dois sentidos principais. O primeiro indica a formação de grupos organizados para a conquista e o exercício do poder (Duverger 1981). Com a diferenciação das funções das sociedades modernas, grupos de pessoas organizam-se para participar e competir para o controlo do poder político. Trata-se, portanto, de divisões, "fracções" da sociedade que lutam entre si na tentativa de terem o monopólio sobre as decisões colectivas vinculativas para a sociedade.

O segundo sentido aponta na direcção contrária. Ao mesmo tempo que criam divisões, os partidos também são capazes de inspirar um sentimento de partilha e de comunidade, funcionando como elementos aglutinadores no seio da sociedade civil. Por outras palavras, os partidos criam identidades, valores e normas simbólicas que são respeitados e partilhados dentro de grupos específicos, formando o carácter e os traços essenciais destas “subculturas”. Para se diferenciar dos outros grupos é necessário criar uma identidade colectiva que sirva não apenas para garantir a necessária legitimidade interna e a adesão aos valores de longo prazo, mas também para afirmar o reconhecimento de determinados grupos dentro da sociedade. Neste sentido, os partidos são instrumentos fundamentais para a participação e influenciam as atitudes através da identificação que se cria internamente. São estas duas dimensões – interna vs. externa, cooperativa vs. competitiva – que constituem a essência dos partidos.

Do ponto de vista histórico, os primeiros autores que se ocuparam do estudo dos partidos sublinharam principalmente o primeiro sentido atribuído a este termo, enfatizando o carácter negativo dos partidos para os sistemas políticos. Sucessivamente, foi sobretudo devido à necessidade de canalizar o acesso das massas a nível institucional que os partidos passaram a desempenhar um papel positivo de integração. Foi a partir destas considerações que o estudo dos partidos passou a estar relacionado com a análise da democracia, nas suas dimensões social, institucional e eleitoral. É evidente que esta associação atribuiu maior relevância ao tema, que se reflectiu no aumento exponencial do número de estudos sobre partidos, sobretudo a partir dos anos 50 (Bartolini *et al.* 1998).

Este livro propõe uma ligação entre a evolução do debate teórico sobre o estudo dos partidos e a análise empírica do caso português. Por um lado, procura-se sintetizar os pontos mais importantes da literatura sobre partidos, evidenciando as principais hipóteses colocadas por estudos anteriores e os resultados alcançados. Por outro, este trabalho oferece uma panorâmica da evolução dos partidos políticos em Portugal durante o período democrático (1976-2010). Ambos os aspectos carecem de um tratamento sistemático no âmbito português. Os estudos disponíveis sobre partidos são extremamente limitados no que diz respeito ao debate teórico. Para além dos trabalhos que se referem aos autores “clássicos” (Michels, Duverger, Panebianco), são escassos os contributos que procuram fazer um balanço sobre o tema, evidenciando os resultados mais relevantes alcançados durante as últimas décadas. O panorama é ainda mais reduzido no caso dos partidos portugueses¹. Os principais contributos limitam-se a aspectos específicos da vida dos partidos (por exemplo, bases eleitorais, recrutamento) ou optam por analisar casos espe-

cíficos. Vários destes contributos foram publicados nas décadas de 80 e 90 e estão hoje dificilmente acessíveis.

O tema principal que este estudo procura abordar refere-se à análise das transformações dos partidos portugueses. Em particular, procurou-se evidenciar de que forma os partidos responderam aos desafios – internos e externos – que emergiram ao longo das últimas décadas. A convicção subjacente que motivou esta perspectiva é que as forças partidárias são actores fundamentais para o funcionamento das democracias. Neste sentido, uma análise sistemática das principais transformações experimentadas pelos partidos pode contribuir para compreender melhor a evolução do regime democrático e, sobretudo, a relação entre a crise de representação e o papel desempenhado por estes actores.

Este estudo tem dois objectivos principais. O primeiro consiste na análise dos partidos portugueses em perspectiva comparada. Trata-se, deste ponto de vista, de enquadrar a evolução destes partidos à luz dos trabalhos teóricos e empíricos realizados nas democracias europeias. Muitas vezes estes contributos são utilizados para testar hipóteses e ver até que ponto estas teorias podem ser aplicadas e confirmadas também no caso português. O segundo objectivo é oferecer uma panorâmica longitudinal sobre a evolução dos partidos portugueses, apresentando dados empíricos sistemáticos sobre os principais partidos. Neste sentido, este estudo disponibiliza à comunidade científica e ao público, em geral, dados essenciais para a análise dos partidos, utilizando uma grande variedade de fontes (imprensa, arquivos, dados oficiais dos partidos, inquéritos, etc.). Porém, procurou-se, na medida do possível, oferecer uma perspectiva diacrónica para melhor captar as dinâmicas de transformação dos partidos. Este aspecto constitui uma mais-valia não apenas pela recolha de material empírico original, mas também por lançar futuras linhas de investigação.

O primeiro capítulo do livro procura sistematizar o debate teórico sobre os partidos. Foram seleccionados alguns temas essenciais para o estudo dos partidos e para a análise das suas transformações nas democracias contemporâneas. A escolha destes temas baseou-se em dois critérios: por um lado, teve-se em consideração a necessidade de apresentar alguns instrumentos teóricos e conceitos utilizados nos sucessivos capítulos; por outro, a selecção considerou a relevância destes temas para o caso português. Este aspecto é fundamental para inovar o estudo sobre partidos e verificar até que ponto as teorias existentes podem ser aplicadas às democracias mais recentes. O capítulo começa com a apresentação das principais abordagens teóricas, analisando sucessivamente a evolução das funções dos partidos. No resto do capítulo discutem-se dois problemas particularmente relevantes quando se procura examinar a evolução dos partidos: as transformações das organizações partidárias, por um lado, e os principais factores responsáveis pela mudança das mesmas, por outro.

¹ V. Brunneau (1997), Lobo (2001), Lopes (2004) e Jalali (2007).

O capítulo 2 analisa a evolução ideológica e programática dos partidos. Utilizando dados empíricos sobre a evolução do posicionamento dos partidos, é possível examinar o “espaço político” da competição partidária e os traços ideológicos associados aos principais partidos. O capítulo 3 considera a evolução dos filiados, comparando as bases dos partidos com o seu apoio eleitoral. Esta parte oferece uma visão exaustiva e completa da filiação partidária, enquadrando o caso português dentro das tendências que caracterizam outras democracias europeias. O capítulo 4 centra-se, por outro lado, no aspecto estritamente organizativo. São analisados os principais órgãos partidários, a sua composição, os seus poderes e as mudanças ao longo do período considerado. O capítulo 5 debruça-se sobre as campanhas eleitorais, examinando, em particular, os meios utilizados, os principais actores envolvidos e as diferenças entre os partidos. Esta secção oferece também um estudo detalhado das eleições legislativas de 2009. O capítulo 6 examina um elemento específico da evolução dos partidos, a selecção directa dos líderes. Este aspecto constitui, sem dúvida, uma das principais transformações dos partidos portugueses sobretudo no período mais recente e merece, portanto, uma análise detalhada. Finalmente, nas conclusões sintetizam-se os principais resultados do estudo, relacionando os dados empíricos com as dimensões analisadas no enquadramento teórico.